

ATA DA 013ª SESSÃO ESPECIAL DA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 13 DE AGOSTO DE 2019
DE RESTITUIÇÃO SIMBÓLICA DOS MANDATOS DO VICE-
GOVERNADOR FRANCISCO DALL'IGNA E DOS DEPUTADOS
ESTADUAIS DO ESTADO DE SANTA CATARINA ADDO VANIO
DE AQUINO FARACO, EVILÁSIO NERY CAON, FERNANDO
BRÜGGEMANN VIEGAS DE AMORIM, GENIR DESTRI, MANOEL
DIAS, PAULO STUART WRIGHT E WALDEMAR SALLES
CASSADOS ENTRE OS ANOS DE 1964 E 1969
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Minotto) -
Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a
presente sessão especial.

Convido para compor a Mesa as autoridades que
serão nominadas a seguir:

Excelentíssimo senhor presidente do Tribunal
de Justiça do Estado de Santa Catarina,
Desembargador Rodrigo Collaço;

Excelentíssimo senhor procurador-geral de
Justiça do estado de Santa Catarina, doutor
Fernando da Silva Comin;

Excelentíssimo senhor Procurador Regional
Eleitoral, doutor Marcelo da Mota;

Excelentíssima senhora presidente da Comissão
de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do
Estado de Santa Catarina, deputada estadual Ada
Faraco De Luca;

Excelentíssimo senhor juiz Vitoraldo Bridi,
membro efetivo, neste ato representando o
excelentíssimo senhor Presidente do Tribunal
Regional Eleitoral do Estado de Santa Catarina,
desembargador Cid Goulart Júnior;

Convido o senhor advogado doutor Leoberto
Caon, neste ato representando o senhor presidente
da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB Santa
Catarina, doutor Rafael de Assis Horn;

Convido, para compor a mesa, o excelentíssimo
senhor deputado estadual, no período de 1967 a
1971, cassado em 1969, Ministro Manoel Dias;

Convido o senhor deputado estadual, no período
de junho de 2009 a janeiro de 2019, e autor do

Projeto de Resolução n. 6/2016, que restitui, simbolicamente, os mandatos do vice-governador e dos deputados estaduais cassados, deputado Dirceu Dresch;

Convido, também, e muito nos honra com a sua presença, o presidente nacional do Partido Democrático Trabalhista, senhor Carlos Lupi.

Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores, a presente sessão especial foi convocada por solicitação deste deputado, e aprovada por unanimidade pelos demais parlamentares para Restituição e Devolução Simbólica dos Mandatos de Vice-Governador e dos Deputados Estaduais do Estado de Santa Catarina, cassados por atos de exceção, entre os anos de 1964 a 1969, pelo Regime Militar. Fato que representa o reconhecimento desta Casa Legislativa na contribuição do vice-governador e daqueles parlamentares à democracia brasileira e de seu valoroso espírito de pertencimento e brasilidade. Sobretudo de resgate da verdade histórica, cassados que foram, por suas ideias, seu patriotismo, sua coragem e por insurgência contra o Regime Militar.

Neste momento, teremos a interpretação do Hino Nacional Brasileiro pelo coral da Assembleia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à interpretação do hino.)

Queremos também registrar e agradecer a presença das seguintes autoridades:

Senhor Marcelo Sodré, vice-prefeito do município de Itajaí;

Senhora Senadora, no período de 2003 a 2011, Ideli Salvatti;

Senhor secretário especial de Pesca e Aquicultura, no período de 2003 a 2006, José Fritsch;

Senhor deputado estadual, no período de 1970 a 1982, deputado Murilo Canto;

Senhor Rodrigo Sartoti, membro da Comissão de Direito à Memória, à Verdade e à Justiça da OAB/SC;

Senhor Jucélio Paladini, direção executiva estadual da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB;

Senhora Ana Candelmo, neste ato representando o Fórum Suprapartidário de Mulheres de Santa Catarina;

Senhora presidente nacional do Movimento dos Aposentados e Idosos, Maria José;

Presidente estadual do Movimento dos Aposentados e Idosos de Santa Catarina, Alberto Caus;

Senhora presidente do PCdoB municipal, Anderlize Abreu;

Senhor presidente-fundador dos Amigos da Saúde, Gasparino Martinho Rodrigues;

Senhor secretário-geral do PDT de Santa Catarina, Everton Wan-Dall;

Senhor Antônio Marcos Silveira Duarte, assessor parlamentar, neste ato representando o gabinete da excelentíssima deputada Luciane Carminatti;

Senhor advogado Marcel Salomon, assessor parlamentar, neste ato representando o gabinete do excelentíssimo senhor deputado estadual Fabiano da Luz;

Senhor coordenador da bancada do Partido dos Trabalhadores na Assembleia Legislativa, deputado Claudio Vignatti;

Senhora coordenadora do Coletivo Catarinense Memória, Verdade e Justiça, Thais Helena Lippel;

Senhora presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher de Santa Catarina, Célia Fernandes;

Senhor vereador do município de São José e presidente do PDT deste município, André Guessier;

Senhor vice-presidente do PDT de Florianópolis, Luizinho Martins.

Muito obrigado, agradeço pela presença de cada um e de cada uma. *[Degração: Jéssica]*

A seguir teremos a apresentação de um vídeo produzido pela diretoria de Comunicação Social da Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

Quero fazer o registro de agradecimento pela presença do senhor vereador do município de Balneário Camboriú, Patrick Machado, e do sempre deputado federal, Walmor Paulo de Luca, com 16 anos de mandato. Também agradecer e cumprimentar o senhor desembargador Osmar Nunes e a ex-secretária de estado Dalva Maria De Luca Dias.

Quero convidar para fazer uso da palavra o deputado autor do projeto de resolução, Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Boa noite! Saudação a todos e a todas que estão presentes, familiares, amigos, partidários e lideranças aqui homenageadas com a restituição dos seus mandatos. Cumprimentar o deputado Rodrigo Minotto, parabenizando pela iniciativa. O Parlamento com este gesto cumpre uma função essencial, brasileira e catarinense, que é a de corrigir distorções.

Em seu nome, deputado, quero cumprimentar todas as lideranças da Mesa, que já foram citadas pelo protocolo, e muitas lideranças representativas que aqui estão. Também, cumprimentar nosso ex-deputado cassado, Manoel Dias, em nome dos homenageados; e o filho do Paulo Stuart, que também está aqui, nosso único deputado estadual que ainda não foi encontrado seu corpo.

Nesta sessão, falar é um pouco delicado porque foram muitas mãos que construíram esta restituição dos mandatos. Queria começar pelos ex-deputados, que trabalharam muito firme, tiveram várias iniciativas antes de mim, os deputados Sargento Soares e Edison Andrino, inclusive, depois nos trouxeram esta proposta do projeto de lei.

Também precisamos, com muita tranquilidade e alegria, citar o nosso Comitê Catarinense Memória Verdade, que trabalhou muito para que este projeto se tornasse realidade.

Por isso, peço uma salva de palmas, vários estão presentes, pessoas que de fato lutaram muito.

(Palmas)

Quero homenagear essas pessoas, em nome de uma mulher que foi, inclusive, servidora do Parlamento catarinense, a companheira Derlei De Luca, in

memoriam, que era uma incansável lutadora, atuou firmemente dentro do comitê e também neste Parlamento.

Gostaria de lembrar a OAB Santa Catarina, que fez um relatório maravilhoso, deputado Minotto, para este Parlamento, e que inclusive serviu de base para o relatório nosso da Comissão de Constituição e Justiça. Foi importantíssimo para a aprovação, porque a própria OAB Santa Catarina, na apresentação dos ex-deputados cassados, teve dois ou três deles como presidentes da Ordem. Então, a posição da OAB Santa Catarina foi fundamental para esta restituição dos mandatos.

Eu quero lembrar outro fato que é muito parecido com este que aconteceu na terra catarinense. Foi a restituição do mandato de um promotor público, Cruz e Sousa, que não foi nomeado por ser negro e este Parlamento restituiu, depois de muitos anos, o mandato de promotor público a este grande poeta catarinense. Por esse motivo, no início, eu falei que este Parlamento tem que corrigir distorções, mesmo que tardiamente.

Fazendo esta atividade, deputado Rodrigo Minotto, debatendo com a sociedade catarinense, através da TVAL, deste ato político, talvez façamos aqui uma coisa que o Brasil fez muito pouco e outros países fizeram muito mais, justamente marcar este momento triste e cruel da história brasileira, que foi o período da ditadura.

Como o Brasil não faz isso e nós, nos Parlamentos, não fazemos este debate mais frequente, é que ainda temos tanta gente, em Santa Catarina e no país, que pedem a volta da ditadura. Nós precisamos marcar estes momentos para que, como diz a placa aqui: "Ditadura nunca mais", realmente aconteça.

Temos também a presença, nesta sessão, da ex-senadora Ideli Salvatti, e do ex-deputado federal Cláudio Vignatti. Então, esse é o nosso grande papel enquanto lideranças políticas, de marcar este período triste, como foi o da família do ex-

deputado Paulo Stuart, que não teve o direito de enterrar o seu corpo.

Este momento é extremamente importante, pois eu também, juntamente com os demais colegas, deputada Ada De Luca e deputado Rodrigo Minotto, tive a alegria de apresentar e aprovar este projeto que corrige essas grandes distorções.

Lamentavelmente, o Brasil vive um momento delicadíssimo, com novos golpes e o país, com certeza, vive um momento de exceção. Tanto o golpe que derrubou a presidente, sem crime comprovado, como tantos outros fatos que estão ocorrendo no Brasil, e o mais gritante é manter uma liderança, como o ex-presidente Lula, sequestrado e preso político sem prova de crime.

Nós precisamos fazer a luta pela democracia, precisamos fazer a luta pela soberania do nosso país. Este maravilhoso país, riquíssimo, que tem um povo maravilhoso, não pode voltar atrás com novos golpes, como foi no período da ditadura, onde se prendiam pessoas pelo simples fato de questionarem os governos da época.

Então, meus amigos, minhas amigas, muita força, muita energia! Precisamos aprender com os períodos da história brasileira. A Dilma não é o primeiro fato, nós temos João Goulart, nós temos tantos outros companheiros e companheiras que lutavam por um Brasil justo, um país democrático, e, por isso, perderam seus mandatos, sua vida e foram torturados por pensarem diferente do regime instalado na época.

Parabéns a todos pela caminhada, pela luta! Esta é, com certeza, uma luta coletiva, de todos nós, precisamos continuar esta caminhada e não deixar mais acontecer o que houve nestes tristes momentos da nossa história.

Grande abraço! Viva a democracia, a soberania. E Lula livre, com certeza.

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Minotto) - Muito obrigado ao deputado Dirceu Dresch.

Neste momento, convido para fazer uso da palavra a deputada estadual Ada Faraco De Luca.

A SRA. DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA - Boa noite senhoras! Boa noite senhores! Boa noite público que nos assiste pela TVAL e nos ouve pela Rádio Alesc Digital. É com muita honra que cumprimento o excelentíssimo senhor deputado estadual e autor do requerimento, Rodrigo Minotto; o excelentíssimo senhor presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, desembargador Rodrigo Collaço; *[Degravação: Roberto Machado]*

Excelentíssimo procurador-geral de Justiça do Estado de Santa Catarina, doutor Fernando da Silva Comin; excelentíssimo procurador regional eleitoral, Marcelo da Mota; excelentíssimo juiz Vitoraldo Bridi, membro efetivo, neste ato representando o senhor presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Santa Catarina, desembargador Cid Goulart; excelentíssimo senhor advogado Leoberto Caon, neste ato representando a Ordem dos Advogados do Brasil, seção Santa Catarina, Rafael de Assis Horn; excelentíssimo senhor deputado estadual no período de 1967 a 1971, meu cunhado Manoel Dias; excelentíssimo senhor deputado estadual, no período de junho de 2009 a janeiro 2019, Dirceu Dresch, e autor do Projeto de Resolução n. 6/2016, que restitui simbolicamente o mandato do vice-governador e dos deputados cassados; excelentíssimo senhor presidente Nacional do PDT, senhor Carlos Lupi.

Nesta sessão, vocês sabem que eu posso me emocionar, vou fazer o máximo para permanecer sem emoção. Esta sessão especial tem um profundo significado ético, político e de reparação moral da justiça. O Regime Militar de 1964 deixou marcas profundas nas famílias e na sociedade brasileira, como um todo, por seus filhos presos, torturados, alguns mortos e os que ainda estão desaparecidos. Este regime nos privou da liberdade democrática, da política institucional, censurou as artes, e outras ações arbitrárias que cometeram, parlamentares foram cassados vítimas do arbítrio do Regime Militar. Seus mandatos precisam ser resgatados perante seus familiares, à sociedade e à história. Santa Catarina está cumprindo, sim, o rumo da história.

Quero lembrar também que está sendo o último estado a restituir os mandatos de políticos cassados no Brasil. Aproveito para agradecer ao presidente da Casa, deputado Julio Garcia, que autorizou a realização desta sessão, como já falou muito bem o deputado Dirceu Dresch, pedido já feito há muitos anos, somente que presidente nenhum assinava.

Os homens e mulheres perseguidos pela ditadura foram banidos da vida pública, pela sua resistência, protagonismo e a coragem em querer conter este regime tão nefasto que se implantou no país. Não há nada que apague o sofrimento de quem foi diretamente atingido. A ferida está cicatrizada, sim, mas jamais será esquecida e, por vezes, ela sangra.

E em alguns momentos, por exemplo, quando um chefe de estado trata com indiferença a morte daqueles que combateram o regime e lutaram pelo estado democrático de direito, eu me pergunto muito, como filha: Afinal qual o crime que meu pai cometeu? Qual? Foram oito meses de prisão, quatro meses sem ver a luz do sol. Foi preso porque defendeu a democracia, defendeu os trabalhadores e os operários das minas! Isto é crime? Foi preso porque demonstrou resistência, garra e coragem. Ou, então, porque era amigo e assessor direto de João Goulart na época? Não sei! Estou até hoje questionando qual foi o crime. Meu pai para mim é um herói, meu exemplo, foi preso por lutar por uma sociedade livre, fraterna, humana e igualitária, luta que mantenho até hoje todos os dias.

Minha família foi atingida pelo regime quando meu pai, Addo Vânio de Aquino Faraco, foi arrancado de dentro de casa, ficou preso durante muito tempo, quatro meses incomunicável e perdeu seu mandato como tantos outros e o salário. Inclusive meus amigos, minha mãe recebia pensão de viúva do presidente Castelo Branco. Sim, pensão de viúva! Senhoras e Senhores! Eu era órfã de pai vivo, e isso não se esquece.

Enfim, meu querido pai que sofreu humilhações dos prepotentes que lançavam difamações e calúnias, resistiu a tudo bravamente, fato que

enche a mim e a toda família de muito orgulho, e morreu com desgosto por ter tido seu mandato usurpado, cassado e violentado. Foi quando ele ainda na UTI me disse: "Minha filha, se candidata. O pai vai se recuperar e vamos trazer o mandato que a ditadura me tirou, vou melhorar, vou te ajudar", dizia ele. Mas alguns dias após, ele faleceu. E aí eu me candidatei, como ele pediu. Batalhei, corri estado inteiro e fui eleita deputada estadual. Por esse motivo que é ao meu pai que dedico sempre o meu mandato, e hoje já estou no quarto, e como ele ficaria feliz!

Esta sessão especial tem o objetivo de restaurar a verdadeira história que se escreve no cumprimento da representação popular autorizada pela Constituição de 1988. Não posso esquecer e vou citar a saudosa Derlei Catarina de Luca, que foi torturada, exilada e quando foi anistiada, voltou ao seu país, ao seu estado e participou efetivamente e com muita garra, na Comissão da Verdade, na qual fui com ela muitas vezes, mostrando a história e lutando pelos direitos dos familiares.

Estendo, assim, também minha homenagem a todos que, no combate à ditadura, foram presos, torturados, mortos, exilados, e a todos os familiares presentes na sessão. Ao todo se estima que 508 catarinenses foram vítimas diretas do regime, e que passaram por todas as humilhações e sofrimentos, lutando por liberdade e justiça social.

Entre as centenas de mortes e desaparecidos no Brasil, durante os tenebrosos dias do Regime Militar, encontram-se inúmeros catarinenses como já mencionei, os quais destaco por serem do sul do estado: o jornalista Rui Osvaldo Aguiar Pfützenreuter, natural de Orleans, metalúrgico e jornalista assassinado, em São Paulo, quando se encontrava sob a responsabilidade do estado, também um dia após ser preso e torturado; Arno Preis, natural de Forquilha, advogado, morto em decorrência de ação impetrada por agentes do estado brasileiro em Goiás; João Batista Rica, natural de Braço do Norte, estudante e morto

também em decorrência de ação impetrada pelo estado brasileiro, articulada por policiais argentinos no país onde esteve exilado.

Quero agradecer ao deputado Dirceu Dresch, autor do projeto que visou restituir o mandato dos cassados; ao deputado Rodrigo Minotto, que foi o proponente da sessão. Registro o trabalho minucioso e competente, e a articulação realizada pela sra. Dalva Dias, esposa do também cassado Manoel Dias, que para nossa glória ainda vive.

Agradeço novamente ao presidente da Assembleia Legislativa, deputado Julio Garcia, que teve muita garra ao nos conceder e autorizar esta sessão, porque lutamos muito, deputado Dirceu Dresch, era o único estado que ainda não havia restituído mandatos cassados.

Portanto, esta sessão especial é de muito significado e importância histórica. Cumprimento igualmente os familiares, amigos que vieram compartilhar um momento histórico de Santa Catarina, uma página, um lado negro e obscuro, que temos que lutar para que nunca mais venha a acontecer.

Agradeço a presença de todos e de todas nesta sessão especial! Para finalizar fica a frase de Martin Luther King: "Hoje é sempre o dia certo, de fazer as coisas certas, de maneira certa, amanhã pode ser tarde." Boa-noite a todos e viva a democracia. Muito obrigada!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Minotto) - Muito obrigado, deputada Ada De Luca.

Neste momento, convido para fazer uso da palavra o senhor Carlos Lupi, ex-ministro do Trabalho, presidente nacional do Partido Democrático Trabalhista.

O SR. CARLOS LUPI - Boa-noite a todos os presentes, companheiros, companheiras, à ala jovem, especial boa noite a vocês! Boa noite às autoridades do Poder Judiciário, Procuradoria, aos representantes do Tribunal Regional Eleitoral, aos deputados presentes, a todos que resgatam um

pouco da dívida histórica que a Nação tem com os que ousaram desafiar o poder.

Gostaria de dar um abraço especial no deputado Rodrigo Minotto, você tem sido uma agradável surpresa, e falo como presidente do partido, com a sua atuação, com sua coerência, e principalmente no desprendimento em cumprir teu dever para com o povo de Santa Catarina. Eu sinto muito orgulho em ter você como deputado estadual!

Com a permissão de todos os presentes, a homenagem que eu devo, enfim, que todo brasileiro deve, é ao meu irmão de vida, de luta, o Manoel Dias, eu vim principalmente aqui por sua causa. Eu o conheço há 40 anos, são 40 anos de PDT, 40 anos de humildade, 40 anos de ensinamento até quando ele não fala, por sua capacidade de compreensão, por sua generosidade e coragem por nunca ter mudado de lado.

O Maneca, é como o chamamos particularmente, é um ser humano muito especial, e só quem como eu teve a sorte, a ventura e a bondade do Deus que rege o universo, sabe, o quanto é valioso tê-lo ao seu lado. Maneca, pela manhã estava na OAB de Brasília, onde foi realizado um ato com a presença do Ministro do Trabalho, que teve o objetivo de defender os trabalhadores que estão tão necessitados atualmente. Foi um ato muito bonito, o mesmo era para começar às 10h, começou às 11h30, eu tinha que pegar o avião para vir para Santa Catarina, e comecei falando: Peço desculpas a todos os presentes, eu posso faltar em tudo na minha vida, menos com a lealdade com o irmão que a vida me deu. Por isso, Maneca, você é o irmão que a vida me deu, porque transmite no seu comportamento lealdade, o seu amor ao povo, tudo aquilo que o brasileiro tem que ter como modelo de nação livre e independente como sonhou.

Nós estamos hoje em uma noite escura, porque quem acha que 1964 terminou, ainda precisa aprender um pouco de história. *[Degravação: Taquígrafa: Ana Maria]*

Agora é mais sofisticado, é mais para a rede social, é por frase feita, é por ignorância, por falta de informação, pelo corte de direitos, é por

prisões injustas, por arbítrios de uso, inclusive, com as escusas e desculpas devidas a todos os membros do Judiciário. Mas existem alguns juízes se achando maiores do que a própria lei, donos da verdade absoluta, implantando no Brasil verdadeiros tribunais de inquisição. Acusam, apontam, condenam com uma facilidade, sem sequer olhar que aquele dedo que aponta o culpado, normalmente está podre de tanta lama. Essa escuridão em que vivemos precisa de luz!

E o nosso partido, Maneca, que você ajudou, com sua singeleza, fundar, tem essa obrigação. Nós não desistimos nunca! A sua presença aqui, Manoel, é resistência! Você, na altura de suas duas vezes 40, está ativo, continua agindo, nos núcleos de base, viajando o Brasil, acreditando em fazer com que a juventude abra a janela na mente para entender que país é este, um projeto de nação.

Que belo exemplo! Resgatar o seu mandato, companheiro, amigo e irmão, não é apenas lhe dar um diploma, uma certidão. Não é apenas um ato bonito, solene, de seus amigos, de sua esposa, de seus filhos e de seus netos. Representa principalmente o começo do resgate da dívida que se tem que ter com brasileiros que honram a pátria brasileira.

Eu tenho muito honra de sentar ao seu lado, tenho muito honra de ser seu amigo! E tenho muita honra de ter você como exemplo daquilo que quero que meus netos, meus bisnetos e que o povo brasileiro seja um dia: uma pessoa capaz de amar profundamente a Pátria, como quem ama a sua própria vida.

Muito obrigado por você existir, amigo!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Minotto) - Presidente Lupi, peço que, em nome da deputada Paulinha, do nosso partido, v.exa. seja o orador de uma carta que ela deixou em razão da sua ausência.

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI - Peço desculpas, mas não ensaio nada, não combino nada, sou esta bugiganga, não tem jeito!

A companheira Paulinha me passou uma carta, pois, infelizmente, o nosso companheiro presidente partiu de Bombinhas, teve um enfarte quase que fulminante, mas ainda há esperança que se recupere, e ela teve que ir para lá dar o atendimento que ele merecia.

(Passa a ler.)

"Meu querido Manoel, aquela menina que te conheceu sonhador, que viu em ti a inspiração, exposta mais tarde no nome da própria filha, e que te tomou por pai em seu coração, desejaria demais estar contigo nesse ato de consagração, de justa homenagem, preparada com tanto carinho pelo querido Rodrigo Minotto. É ela também que aprendeu contigo que nas dificuldades maiores temos que nos fazer fortes e ter a grandeza de saber tomar decisões.

Mesmo querendo por demais comemorar contigo e com os nossos companheiros este momento, que retrata um trecho dolorido da verdadeira história de nosso país, precisei acolher dores imediatas que se passam por agora.

Coberta está a tua ferida com a justiça dos homens, que hoje reconhecem a tua luta em favor do povo catarinense, Manoel! E, como filha, estou orgulhosa de ver a tua vida pública uma vez mais reconhecida, com a dignidade que lhe arrancaram em tempos pretéritos. E que você sempre mereceu.

Lupi, perdoe a ausência, mas o instinto de seguir os que mais precisam se agiganta em mim. Deixo-os em alegria. E espero também poder encontrá-la no meu caminhar.

Não participo desta solenidade em corpo, mas em espírito e coração, estamos juntos. Ontem, hoje, agora e para sempre!

Obrigada, Rodrigo, por nos proporcionar este inesquecível ato de reconhecimento, justiça e fé.

Parabéns, Manoel!

Amo-te!"

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Minotto) - Muito obrigado, presidente!

Quero aqui também agradecer a presença dos vereadores do município de Florianópolis, sr. Carlos Eduardo de Souza, o Cadu; e Lila Freire; e do desembargador Cláudio Barreto Dutra, ex-presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Convido, neste momento, para fazer uso da palavra o dr. Marcelo da Mota, Procurador Regional Eleitoral do Estado de Santa Catarina.

O SR. PROCURADOR DOUTOR MARCELO DA MOTA - Boa noite a todos! Cumprimento o deputado Rodrigo Minoto, em nome de quem cumprimento todas as autoridades da Mesa. Agradeço o convite por estar aqui, num ato que é bastante representativo para a Assembleia de Santa Catarina, tenho certeza, e cumprimento todos os presentes.

A Procuradoria Regional Eleitoral faz parte do Ministério Público Federal. Eu sei que para todos, às vezes, é um pouco confuso haver várias procuradorias estaduais e federais, causando certa confusão. Então, quero fazer este registro porque o Ministério Público Federal tem um comprometimento e uma atuação muito forte nessa temática de justiça de transição. É uma área em que nós temos uma atuação já há mais de 20 anos. Desde 1999, o Ministério Público Federal tem tratado dessa temática, do resgate da memória, do resgate da verdade, da reparação dos crimes e das violações aos direitos ocorridos durante o período do Regime Militar.

Faço o registro também por questão de justiça à doutora Raquel Dodge, que é a nossa atual procuradora-geral e foi uma grande incentivadora, talvez, a maior de todos, por ter composto 10 anos atrás, em 2010, um grupo de trabalho especificamente para tratar da questão criminal, da perseguição criminal dos agentes da ditadura envolvidos em crimes cometidos à época. Dentro dessa temática, já também temos quase uma centena de ações tanto na área cível quanto na área criminal.

Na área criminal comemoramos, há pouco tempo, a quadragésima ação contra agentes da ditadura por ocultação de cadáver, homicídio, sequestro e toda

espécie de crimes cometidos durante esse período negro da nossa história naquela época. Faço o registro porque o Ministério Público Federal está hoje presente, não por conta do convite honroso e carinhoso por parte do deputado Rodrigo Minotto, mas também porque apoia, dá suporte e estará junto, em qualquer tipo de iniciativa dos órgãos públicos, da sociedade, que visam resgatar a memória e a verdade desse período.

Eu também faço o registro porque tive a felicidade de estar numa instituição em que essa espécie de crime está sendo combatida com tamanho vigor. Já tenho também uma idade em que vivi um pouco, digamos, conheci pessoas, tive contato com as histórias relativas a essa época. Eu tinha uma esperança que houvesse esse resgate, que as pessoas que cometeram essas atrocidades fossem punidas. E nós, que atuamos na área jurídica, sabemos da dificuldade que é a busca de informações, a busca de provas, a busca de esclarecimento desses fatos é extremamente difícil.

Então, tenho pessoalmente um orgulho muito grande da minha instituição por ter feito esse trabalho, ter buscado as evidências, sem esconder em nenhum momento, ter ido atrás. É um tema, é uma área muito difícil, as provas ficam escondidas até por conta da situação, é um regime de exceção. Não temos informações tão claras, mas a todo o momento os colegas do Brasil, todos os procuradores tomaram para si esse compromisso, trabalharam em equipe fortemente. A Procuradoria da República e o Ministério Público Federal se uniram nesse projeto realmente de buscar a verdade, de buscar a memória e punir os responsáveis. Acho que isso é um grande marco também para que não volte a acontecer.

Então, essa iniciativa de resgate vem ao encontro também da reparação moral, deputado Rodrigo Minotto, mas tenho certeza absoluta que para a Assembleia e para toda a sociedade catarinense é um ato de extrema relevância.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Minotto) - Muito obrigado, procurador doutor Marcelo da Mota.

Convido o procurador-geral de Justiça do Estado de Santa Catarina, dr. Fernando da Silva Comin, para fazer uso da palavra.

O SR. PROCURADOR-GERAL DOUTOR FERNANDO DA SILVA COMIN - Muito boa noite a todos e a todas!

Gostaria de cumprimentar o deputado Rodrigo Minotto, na pessoa de quem cumprimento todas as demais autoridades da mesa. E cumprimentá-lo, sobretudo, não apenas pela importância deste gesto, institucionalmente falando, mas pela oportunidade, deputado.

Nós vivemos em um momento de grandes transformações, em nosso país e em nosso estado, e temos que tomar cuidado para que não impere, neste momento importante da afirmação da democracia no nosso país, um período de intolerância, um período em que as pessoas sejam cerceadas na livre expressão do seu pensamento, das suas convicções políticas, ideológicas, sociais.

Este gesto da Assembleia Legislativa, efetivamente, não repara, em sua integralidade, a perda vivenciada pelos titulares do mandato que sofreram a cassação num período de um regime de exceção no nosso país. Mas no mínimo ele repara moralmente os familiares, aqui presentes, e presta uma grande contribuição à história do nosso estado. Não podemos esquecer que também, em Santa Catarina, houve reflexos concretos em relação à construção de um período difícil, mas que foi importante para a afirmação do regime democrático que temos hoje em nosso país.

É preciso, então, que estejamos sempre atentos a que a diversidade do pensamento e o exercício fundamental dos direitos políticos sejam velados pelas instituições do nosso país. Este gesto representa um resgate, uma dívida que, por questão de justiça, está sendo restabelecida tardiamente.
[Degravação: Taquígrafa Elzamar]

Nós devemos lembrar que graças a pessoas como esses parlamentares, que tiveram coragem de se insurgir contra um estado de coisas, graças ao vice-governador, que também foi cassado, hoje nós

temos, na Constituição Federal, uma garantia fundamental que preconiza que ninguém pode ser cassado dos seus direitos políticos, cuja suspensão só pode acontecer após o devido processo legal.

Este é um marco importante, deputado Minotto, e a Casa Legislativa do Estado de Santa Catarina merece todo o aplauso do Ministério Público do Estado, porque dá um passo muito importante na demonstração de que nós não podemos deixar este capítulo importante da nossa história esquecido, deputado Dirceu Dresch.

Temos aqui hoje parlamentares, como a deputada Ada De Luca, que prestou uma homenagem e que sentiu na pele os efeitos desta ação. Então é importante que nós mantenhamos viva esta memória e este gesto de restituição do mandato, representa, sim, um grande passo na afirmação da democracia, em nosso país, especialmente no momento em que nós estamos passando.

Finalizo aqui a minha fala, citando as palavras do filósofo austríaco, Arthur Kaufmann, que disse o seguinte: "Não há nenhum estado de direito que esteja subtraído ao perigo de degenerar num estado de não-direito." ou seja, em um estado em que o poder político nada faça de contrário ao direito, fazendo sucumbir a própria humanidade. É preciso estar atentos e este gesto vem em boa hora.

Meus parabéns pela iniciativa da Assembleia Legislativa e de todos os envolvidos.

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR.PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Minotto) - Muito obrigado doutor Fernando. Quero também aqui registrar e agradecer pela presença do senhor Afrânio Boppré e do senhor professor Felipe Augusto Teixeira, vereadores de Florianópolis.

Neste momento, eu faço uso da palavra na qualidade de autor do requerimento que ensejou a presente sessão.

Boa noite a todos e a todas, aos familiares dos homenageados que estão presentes! Agradecer a honrosa presença das autoridades que compõem a

Mesa, que eu tive a oportunidade de pessoalmente convidá-las; agradecer a todos aqueles que contribuíram para fazer desta uma sessão histórica no nosso Parlamento Catarinense. E dizer, Dalva, que deu tempo, conseguimos realizar mais um sonho e que este fosse o de cada um de vocês que estão presentes, no dia de hoje, pois nós nunca devemos desistir dos nossos sonhos.

É com grande honra e profunda emoção que recebemos familiares e amigos dos deputados estaduais e do vice-governador de Santa Catarina, cassados pela Ditadura Militar de 1964 e, legitimamente eleitos pelo voto soberano e popular. De modo especial o Ministro Manoel Dias, meu amigo e companheiro do meu partido, PDT, único parlamentar que está conosco, na noite de hoje, e os demais presentes.

Esta sessão representa o resgate da memória e da verdade histórica daqueles que resistiram à repressão e ao autoritarismo daqueles tempos e tiveram a coragem de insurgir-se contra o arbítrio e à violação dos direitos humanos. Se inscreve nas lutas cotidianas em defesa dos interesses nacionais e da recomposição das instituições democráticas.

Esta sessão especial simboliza, deputada Ada De Luca, o reconhecimento desta Casa Legislativa. E aqui também o meu agradecimento a todos os parlamentares que confiaram e aprovaram esta sessão. Também ao Deputado Dirceu Dresch, que foi o autor do projeto de resolução que tornou público para a nossa sociedade os erros e a violência cometidas pelo Regime Militar de 64.

Expressa, também, a reparação política, moral e de justiça. Representa o nosso compromisso de lutar pela consolidação da democracia brasileira, de forma linear, substantiva, transparente e honrada, respeitando sempre os princípios de igualdade, justiça e liberdade, inclusiva e sem discriminação, de brasilidade e pertencimento.

Simbolicamente, nos dá uma importante lição pedagógica de forte apelo à consciência política dos cidadãos, especialmente aos jovens, para que

nunca mais deixemos voltar os tempos da barbárie e do obscurantismo.

Quero agradecer o empenho especial do nosso presidente, deputado Julio Garcia, para a concepção desta sessão especial; agradecer mais uma vez, aos familiares, amigos dos deputados e do vice-governador cassados e a todos que se fazem presentes.

Agradecer a coordenadoria de Documentação desta Casa Legislativa, pelo acesso aos registros históricos; agradecer aos servidores desta Casa, em suas respectivas missões, por todo o empenho, esforço e dedicação; agradecer ao coral por suas brilhantes vozes que se apresentam na nossa sessão da noite de hoje.

Hoje é um dia de reafirmarmos nosso permanente compromisso com a verdade histórica. Manoel, familiares e todos aqueles que dignificaram a nossa democracia, recebam o meu abraço solidário. Parabéns a todos!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Neste momento, convido o senhor Manoel Dias, único parlamentar vivo, para em seu nome e, simbolicamente, em nome dos demais, proferir o juramento.

O SR. MANOEL DIAS - "Prometo manter, defender e cumprir a Constituição do Brasil, a Constituição do Estado de Santa Catarina, e observar as leis, desempenhando, leal e sinceramente, um mandato simbólico que me foi outorgado pelo povo de Santa Catarina.

Assim eu prometo!"

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Minotto) - Declaro simbólica e solenemente restituídos os mandatos de vice-governador e de deputados estaduais!

A seguir convido o mestre de cerimônias para proceder à nominata das autoridades constituídas.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Henrique Burigo) - Senhoras e senhores, boa noite!

Neste momento, o Poder Legislativo catarinense restitui, simbolicamente, os mandatos do vice-

governador e dos deputados cassados, no Regime Militar, entre os anos de 1964 e 1969.

Convidamos para fazer a entrega dos diplomas o excelentíssimo senhor deputado Rodrigo Minotto, juntamente com a excelentíssima senhora deputada estadual Ada Faraco De Luca.

O excelentíssimo senhor vice-governador, Francisco Dall'Igna nasceu em Guaporé, Rio Grande do Sul em 1930. Casado com Alda Dall'Igna com quem teve cinco filhos: Celso, Clarisse, Márcia, Armando e Cristina. Formou-se em Medicina em 1953 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (URGS). Iniciou sua carreira profissional na cidade de Brusque, Santa Catarina.

Em Brusque foi presidente do diretório do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) desde 1957; vereador no período de 1959 a 1963; presidente da Câmara Municipal de Brusque em 1961; deputado estadual de 1963 a 1966; vice-presidente do PTB em Santa Catarina; em três de outubro de 1965, foi eleito vice-governador para o período de 1966 a 1970, na aliança PTB-PSD, que elegeu Ivo Silveira governador do estado.

Em 16 de julho de 1966, teve seu mandato cassado e a perda dos direitos políticos por dez anos, com base no Ato Institucional nº 2 (AI 2) de 27 de outubro de 1965. Faleceu em janeiro de 1983 em Porto Alegre.

Neste momento, convidamos para receber o diploma, em nome do vice-governador Francisco Dall'Igna, *In Memoriam*, suas filhas, Márcia e Clarisse Dall'Igna.

(Procede-se à entrega do diploma.)

(Palmas)

O excelentíssimo senhor deputado estadual Addo Vânio de Aquino Faraco nasceu em 10 de fevereiro de 1927. Filho de Iraídes de Aquino Faraco e de Addo Caldas Faraco. Casado com Neli Firminio Faraco, teve três filhos: Vânio, Iraídes e Ada de Luca.

Addo Vânio Faraco formou-se em Direito e atuou na defesa dos trabalhadores na indústria do carvão, sendo apoiado pelos sindicatos locais.
[Degração: Gabriel Michels]

Foi fundador e dirigente do Partido Trabalhista Brasileiro em Criciúma. Foi vereador na Câmara Municipal de Criciúma no período de 1959 a 1962. Pelo PTB, assumiu a vaga de deputado estadual na Assembleia Legislativa de Santa Catarina de 1963 a 1967.

Em 1964, teve o mandato cassado pelo Regime Militar, enquanto ocupava o cargo de Secretário de Estado do Trabalho. Faleceu em 12 de novembro de 2005.

Convidamos para receber o diploma, em nome do senhor Addo Vânio de Aquino Faraco, *in memoriam*, seu filho senhor Vânio Faraco.

(Procede-se à entrega do diploma.)

(Palmas)

O excelentíssimo senhor deputado estadual Evilásio Nery Caon nasceu em 29 de fevereiro de 1929 em Vacaria/RS. Filho de Álvaro Nery dos Santos e de Corina Caon. Casado com Mariza Terezinha Baggio Caon teve quatro filhos: Leoberto, Dagoberto, Evilásio Caon Filho e Juliana. Advogado notável exerceu diversos cargos na Ordem dos Advogados de Santa Catarina.

Foi fundador, secretário-geral e presidente do diretório do PTB em Lages. Foi vereador da Câmara Municipal de Lages no período de 1955 a 1959. Elegeu-se deputado estadual pelo PTB e integrou a 4ª legislatura de 1959 a 1963. Reelegeu-se deputado à Assembleia Legislativa Catarinense, pelo PTB, com 5.489 votos, e exerceu mandato na 5ª legislatura de 1963 a 1967. Pelo MDB, elegeu-se deputado estadual para a 6ª legislatura de 1967 a 1971.

Seu mandato foi cassado pelo Regime Militar no ano de 1969. Ingressou no Partido Democrático Trabalhista (PDT), em 1983 e recuperou os direitos políticos. Faleceu em três de janeiro de 1997.

Convidamos para receber o diploma, em nome do senhor Evilásio Nery Caon, *in memoriam*, sua esposa senhora Mariza Terezinha Baggio Caon.

(Procede-se à entrega do diploma.)

(Palmas)

O excelentíssimo senhor deputado estadual Fernando Brüggemann Viegas de Amorim nasceu em

primeiro de agosto de 1925 em Santos/SP. Filho de Narbal Viegas de Amorim e de Helyetti Brüggemann Viegas de Amorim. Casado com Bernadete Garofallis Viegas de Amorim, teve duas filhas: Rita de Cássia e Maria Fernanda. Na Escola de Aeronáutica de Campos dos Afonsos, no Rio de Janeiro/RJ, formou-se aviador militar no ano de 1953.

Em 1958, foi convocado para a 4ª legislatura, elegeu-se deputado estadual, de 1959 a 1963, pela União Democrática Nacional (UDN). Ingressou na Aliança Renovada Nacional (Arena), sendo líder da bancada na Assembleia em 1966. Pela Arena elegeu-se deputado estadual, integrou a Assembleia Constituinte Estadual na 6ª legislatura de 1967 a 1971.

Em 1969, teve o mandato cassado pelo Regime Militar e os seus direitos civis suspensos por 10 anos. Faleceu em oito de setembro de 1987.

Convidamos para receber o diploma, em nome do senhor Fernando Brüggemann Viegas de Amorim, *in memoriam*, sua filha Rita Viegas Cintra.

(Procede-se à entrega do diploma.)

(Palmas)

O excelentíssimo senhor deputado estadual Manoel Dias nasceu, em 13 de agosto de 1938, em Criciúma/SC, filho de Anselmo Fortunato Dias e de Cândida Borges Dias. Casado com Dalva Maria de Luca Dias, teve dois filhos: Marcelo e Rodrigo. Graduou-se em Direito pela Universidade Federal do Estado de Santa Catarina em 1970.

Elegeu-se vereador para a Câmara Municipal de Içara, em 1962, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), mas teve seu mandato cassado, em 1964, com o Regime Militar. Elegeu-se deputado estadual para a 6ª legislatura, de 1967 a 1971, e teve seus direitos políticos suspensos e seu mandato parlamentar cassado em 1969.

Em 2013, assumiu como Ministro do Trabalho e Emprego e permaneceu no cargo até dois de outubro de 2015. Criou o PDT em Santa Catarina, do qual é o atual presidente. Atualmente, além de presidente do PDT/SC é presidente da Fundação Leonel Brizola - Alberto Pasqualini e secretário-geral do PDT Nacional.

Convidamos para receber o diploma o excelentíssimo senhor deputado Manoel Dias.

(Procede-se à entrega do diploma.)

(Palmas)

O excelentíssimo senhor deputado estadual Paulo Stuart Wright nasceu em dois de julho de 1933 no município de Joaçaba/SC. Filho dos missionários presbiterianos estadunidenses Maggie Belle Wright e Lothan Ephrain Wright. Casado com Edimar Rickli, teve dois filhos: João Paulo e Leila Cristina.

Formou-se em Sociologia e Política pela Universidade de Arkansas, nos Estados Unidos. Contribuiu com a fundação do sindicato dos metalúrgicos e apoiou a organização dos trabalhadores da construção civil e da indústria do papel e papelão.

Ingressou no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em 1960. Em 1962, foi eleito deputado estadual em Santa Catarina pelo Partido Social Progressista (PSP). Teve seu mandato cassado pela Assembleia Legislativa Catarinense. Exilou-se no México e em Cuba, retornando ao Brasil em 1965. Em setembro de 1973, foi sequestrado pelo II Exército e levado ao DOI-CODI de São Paulo.

Convidamos para receber o diploma, em nome do senhor Paulo Stuart Wright, *in memoriam*, seu filho João Paulo Wright.

(Procede-se à entrega do diploma.)

(Palmas)

O excelentíssimo senhor deputado estadual Waldemar Salles nasceu em 25 de agosto de 1925 em Tubarão/SC. Filho de Francisco Salgado Salles e de Fermínia de Souza Emerich Salgado Salles. Casado com Wanda de Souza Salles teve três filhos: Rosali Conceição, Wanderlei e Claudia Fermínia.

Foi eleito vereador para Câmara Municipal de Tubarão para o período de 1954 a 1958. Assumiu o cargo de prefeito de Tubarão entre 1957 e 1958. Pelo Partido Social Democrático (PSD), foi eleito deputado estadual à Assembleia Legislativa de Santa Catarina para 4ª legislatura, de 1959 a 1963, e 5ª legislatura, de 1963 a 1967. Filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena), e foi

eleito deputado à Assembleia para a 6ª legislatura de 1967 a 1971. Em 1969 teve seu mandato cassado pelo Regime Militar. Faleceu em seis de abril de 1989 em São Paulo/SP.

Convidamos para receber o diploma, em nome do senhor Waldemar Salles, *in memoriam*, sua esposa Wanda Salles e seu neto Alexandre Salles.

(Procede-se à entrega do diploma.)

(Palmas) [*Degravação: Estephani*]

Agradecemos aos excelentíssimos deputados Rodrigo Minotto, Ada Faraco De Luca e Dirceu Dresch pela entrega das homenagens.

Neste momento, o Coral da Assembleia Legislativa nos brindará com a canção "*Para não dizer que não falei das flores*", de Geraldo Vandré.

(Procede-se à interpretação musical.)

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Minotto) - Convido para fazer uso da palavra o excelentíssimo senhor presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, desembargador doutor Rodrigo Collaço.

O SR. RODRIGO COLLAÇO - Boa noite a todos!

Gostaria, em nome do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, cumprimentar os deputados Rodrigo Minotto e Dirceu Dresch; quero também, em relação aos ocupantes da Mesa, registrar a presença do deputado Manoel Dias e da deputada Ada De Luca, que ocupa o local que o seu pai legitimamente ocupou, e imagino a emoção disso; assim como o advogado Leoberto Caon que também ocupa um espaço que já foi ocupado legitimamente por seu pai; cumprimentar pela iniciativa e todos da Mesa.

Também minha solidariedade a todos os parentes que aqui se encontram neste momento, que deve ser uma mistura de emoções, saudade, sentimento de injustiça, vivido àquela época, mas também a reparação de uma injustiça. Uma reparação de uma injustiça que ainda que se possa dizer tardia, porque se apontou aqui que Santa Catarina foi, talvez, o último estado a restituir os mandatos legitimamente conferidos nas urnas, não tardou o

suficiente para se ter ausente entre nós o deputado Manoel Dias.

E eu penso que nós, que somos do estado de Santa Catarina, que conhecemos a sua história, conseguimos observar, na figura do deputado Manoel Dias, concretamente, o tamanho da violência, o tamanho da arbitrariedade que se cometeu àquela época. Todos nós que vivemos aqui sabemos e conhecemos que as bandeiras que o deputado Manoel Dias, assim como todos os demais, levantou e defendeu são legítimas, leais, e que se encontram inclusive amparadas na Constituição, em defesa do trabalhador, em defesa de emancipação social.

Então este evento atinge, na minha visão, muito além da pessoa dos homenageados, ele resgata, em última essência mesmo, a democracia. Porque todos os senhores, deputado Manoel Dias e aqueles que hoje têm simbolicamente o seu mandato restituído, todos se inscreveram para disputar o voto do eleitor. Todos apresentaram uma proposta que foi respaldada pelos eleitores e que depois, por uma atuação livre, uma atuação corajosa, tiveram o mandato cassado. O que se cassou, muito além de parlamentares, foi a vontade do eleitor, e não há possibilidade, na democracia, de cassar o eleitor, porque este é a base do sistema, é isso que o legitima.

Faço este registro na honrosa presença do desembargador Cláudio Dutra, ex-presidente do Tribunal, e do desembargador Osmar Nunes. Mas deixo aqui registrado que o Tribunal de Justiça, com a sua compreensão de legalidade, com a sua participação na Justiça Eleitoral, se faz presente para registrar também o seu inconformismo com atitudes, que venham de onde vierem, cerceiam aquilo que é sagrado, que é a legítima expressão popular.

Parabéns aos proponentes da ideia! Parabéns aos homenageados! Sintam-se todos hoje recebedores de um ato justo! Parabéns e felicidades!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Minotto) - Neste momento, eu convido para fazer uso da

palavra o excelentíssimo senhor deputado constituído Manoel Dias.

(Palmas)

O SR. DEPUTADO MANOEL DIAS - Gostaria de cumprimentar o excelentíssimo senhor deputado estadual, autor do requerimento que ensejou a presente sessão especial, Rodrigo Minotto; o excelentíssimo senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, desembargador Rodrigo Collaço, e agradecendo as honrosas palavras que aqui proferiu, só dignificam a nossa luta em favor da democracia; o excelentíssimo senhor Procurador Regional Eleitoral, Marcelo da Mota; o excelentíssimo senhor Procurador-Geral de Justiça do Estado de Santa Catarina, Fernando da Silva Comin.

Também cumprimento o excelentíssimo Juiz Vitoraldo Bridi, membro efetivo, neste ato representando o excelentíssimo senhor Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Santa Catarina, desembargador Cid Goulart Júnior; excelentíssima senhora Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, deputada estadual Ada Faraco De Luca; advogado Leoberto Caon, neste ato representando o senhor presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Rafael de Assis Horn, filho do ex-deputado estadual Evilásio Nery Caon; deputado Dirceu Dresch, que foi o autor do projeto de resolução para restituição dos atuais mandatos dos deputados hoje resgatados; e o meu irmão, amigo, Carlos Lupi, presidente nacional do Partido Democrático Trabalhista - PDT.

(Passa a ler.)

"Logo após a deposição do presidente João Goulart, em março de 1964, instalou-se no país a mais violenta e cruel ditadura contra setores do espectro político à esquerda, como a CGT, a UNE, a UBES, as ligas camponesas, grupos da Igreja Católica progressista, sindicalistas, trabalhadores, jornalistas, cientistas, professores, funcionários públicos civis e militares, grupo dos onze formados por Leonel Brizola, além de organizações da sociedade civil.

A Ditadura Militar de 64 produziu o incontestável arsenal de atos excepcionais que modificaram o ordenamento jurídico, institucional e democrático, ancorado por um sofisticado aparato repressivo e violento, de tortura e execução de pessoas pelo crime de divergir, de se contrapor e de insubmissão. *[Degravação: Taquígrafa Sílvia]*

Neste contexto o Congresso Nacional foi fechado. Mandatos de parlamentares, governadores, senadores, prefeitos, vereadores, foram cassados, e seus direitos políticos suspensos por 10 anos. Foi o mais duro golpe nas instituições democráticas do país.

Os presos políticos sofreram torturas, muitos mortos ou continuam desaparecidos. Temos aqui em Santa Catarina os casos emblemáticos de Paulo Stuart Wright, cujo corpo nunca foi encontrado, Arnos Preis, Rui Pfutezenreuter, João Batista Rita, Derlei Catarina De Luca e tantos outros.

Em 1968 os mecanismos de repressão foram usados para torturar, prender e executar qualquer pessoa considerada subversiva ou comunista, como provam documentos abertos pelo governo americano, e recentemente divulgados no Brasil sob a participação da junta militar que determinavam as execuções.

A barbárie tomou conta do país e o período mostrou a face mais obscena do obscurantismo e da repressão, nos campos das artes, das idéias, das letras, das ciências e do jornalismo, impactando fortemente sobre os movimentos populares, estudantis e sociais.

A significativa canção de Chico Buarque de Holanda, *Cálice*: "Pai, afasta de mim este cálice de vinho tinto de sangue", simbolizava o sentimento dos brasileiros. A canção de Geraldo Vandré que acabamos de ouvir pelo Coral da Assembleia Legislativa, *Para Não Dizer Que Não Falei das Flores*: "Vem, vamos embora, que esperar não é saber, quem sabe faz a hora, não espera acontecer", tomou conta do país.

O cenário que temos hoje no Brasil nos remete àqueles tempos tormentosos. O governo Bolsonaro vem, sistematicamente, promovendo o esgarçamento

do tecido político e social, seja por seus atos impróprios, suas falas chocantes, sua política predatória, desagregadora e discriminatória. No território governado por Bolsonaro não existe fome no Brasil, o desmatamento é mentira, o trabalho infantil não prejudica as crianças, o filho pode ser embaixador porque sabe fritar hambúrguer e os outros disparates publicados diariamente nas mídias nacionais e internacionais.

Esta postura nada mais é do que um atalho para não se responsabilizar pelos destinos do Brasil e desviar-se dos incontáveis e profundos problemas que afligem a nossa pátria. Trata-se de um governo intolerante, de discriminação de grupos minoritários e divergentes, de cerceamento das liberdades democráticas e tantos outros retrocessos civilizatórios. Um exercício de poder frontalmente contrário à Constituição Brasileira de 88, de construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

Esta sessão especial que restitui, simbolicamente, o mandato dos deputados estaduais anteriormente aqui elencados, e do vice-governador do estado de Santa Catarina, Francisco Dall'Igna, cassados pela ditadura de 1964, representa o reconhecimento da Casa Legislativa do espírito público civilizatório, patriótico e democrático dos representantes eleitos pelo voto soberano da população, cujos mandatos foram cassados pela sua atuação parlamentar em defesa dos direitos humanos, dos trabalhadores e do estado democrático de direito. Representa o resgate da memória daqueles que resistiram aos descaminhos e desmandos da ditadura de 1964.

Seu significado é mais amplo porque nos leva à reflexão sobre nossas escolhas políticas e, sobretudo, ao fortalecimento da consciência cívica na busca de um modelo de país mais fecundo, mais humano, mais inclusivo, e especialmente para os desesperançados, os vulneráveis, os sobreviventes discriminados e excluídos. Tem, pois, um profundo significado de ordem política, de ordem moral e de justiça. Ainda assim, a restituição simbólica não substitui os enormes constrangimentos e as perdas

sofridas por nós próprios e nossas famílias, estigmatizados que fomos como inimigos da pátria brasileira.

O cumprimento desta honrosa missão de falar em nome dos homenageados representa para mim uma enorme emoção e um coração pleno de júbilo e contentamento cívico.

Quero agradecer a Assembleia Legislativa, a OAB, as demais entidades que lutaram pelos direitos humanos, em favor da anistia, aos servidores do gabinete do deputado Rodrigo Minotto, a Coordenadoria de Eventos, a Coordenadoria de Apoio ao Plenário, a Udesc, que permitiu acessos a seus arquivos, e aos demais servidores que contribuíram decisivamente para a realização desta sessão.

Quero agradecer a todos os companheiros, a Juventude Socialista, enfim, a todos quantos compareceram a este ato. Desejando aqui também manifestar meu pesar às famílias dos deputados que não puderam estar entre nós. Muito obrigado.

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Minotto) -

Agradeço ao deputado Manoel Dias pelo seu pronunciamento, agradeço a honrosa presença de cada um, de cada uma que se encontra no plenário no dia de hoje, que se deslocaram do sul do estado, do Vale do Itajaí para participar desta sessão especial.

Agradeço aos familiares que também se deslocaram das suas residências, de outros estados, que também se fazem presentes, agradeço pela honrosa presença também dos membros do Judiciário, do Ministério Público, da OAB, do nosso partido que está representado pelo presidente Carlos Lupi.

Agradecer ao deputado Dirceu Dresch por sua iniciativa de propor esse projeto; à deputada Ada De Luca que foi e é uma combatente por nossa democracia, contribuindo para que esta sessão especial também fosse da grandeza que está sendo.

Desejar a todos que, realmente, continuemos a sonhar sempre por um Brasil justo, perfeito, por

um Brasil soberano, democrático, onde possamos expor nossas ideias sem nenhum tipo de retaliação ou excessos de constrangimento. Quero agradecer ao meu pai, que está presente, ele também se deslocou lá do sul do estado. Agradecer ao coral que fez uma brilhante apresentação.

Parabéns a cada um e a cada uma de vocês, a toda equipe aqui do Cerimonial que participou conosco. Esta sessão já vem sendo programada, há meses, para que pudéssemos chegar neste momento e fazer um ato desta magnitude, são muitas pessoas envolvidas. Agradecer a minha ex-chefe de gabinete, Dalva De Luca, que contribuiu muito resgatando toda uma história. Sintam-se todos agradecidos!

Senhoras e senhores, a Presidência agradece a presença das autoridades e de todos que nos honraram com seu comparecimento nesta noite, convidando-os para um coquetel no *hall* deste Poder.

Neste momento teremos a interpretação do hino de Santa Catarina.

(Procede-se à interpretação do hino.)

Esta Presidência encerra a presente sessão, convocando outra, ordinária, para o dia subsequente, à hora regimental. *[Degravação: Northon Bousfield] [Revisão: Taquígrafa Eliana]*